



COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 368/11

Ementa: Institui o "Dia Estadual da Marcha para Jesus".

Art. 1º - Fica instituído, no Calendário Oficial do Estado do Paraná, o "Dia Estadual da Marcha para Jesus", a ser comemorado, anualmente, no 3º sábado do mês de maio.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 14 de setembro de 2011.


ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE


RELATOR


O Relator



COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 388/11

Ementa: Dispõe sobre a remessa de telegramas aos candidatos aprovados em concursos públicos do Estado.

Art. 1º As entidades organizadores de concursos públicos ficam obrigadas a enviar telegramas aos candidatos aprovados em concurso público estadual, contendo o prazo, horário e local em que deverão se apresentar, nas seguintes convocações:

- I** – para entrega de documentos e encaminhamento a exames médicos admissionais;
- II** – para assumir cargo na Administração Pública Direta e Indireta ou Autarquias do Estado do Paraná.

Parágrafo único – A remessa dos telegramas tem caráter suplementar, independente da publicação de outras formas de chamamento.

Art. 2º - O disposto nesta lei deverá constar nos respectivos editais dos concursos públicos.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 14 de setembro de 2011.



ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE



RELATOR

74012



COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 473/11

Ementa: Cria o "Dia do Sindicalista do Estado do Paraná", ficando a data incluída no Calendário Oficial do Estado do Paraná.

Art. 1º - Fica incluído Calendário Oficial do Estado do Paraná o "Dia do Sindicalista do Estado do Paraná", a ser comemorando anualmente no dia 10 de maio.

Parágrafo único – Fica instituída, em comemoração ao "Dia do Sindicalista do Estado do Paraná", a homenagem por ato público a ser realizado nas Assembléia Legislativa do Paraná, após aprovação de Requerimento apresentado anualmente por um Deputado Estadual, com entrega de diplomas de mérito alusivo à data comemorada, outorgados aos homenageados indicados pelas instituições envolvidas no evento.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 14 de setembro de 2011.


ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE


RELATOR





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

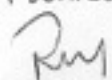
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



PROJETO DE LEI Nº 464/11

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. C.

Em, 01 JUN. 2011


1º Secretário

Síntula: Denomina de **JOÃO CIRINO DOS SANTOS SOBRINO**, a 34ª CIRETRAN de Toledo.

Art. 1º - Fica denominada de **JOÃO CIRINO DOS SANTOS SOBRINO**, a 34ª CIRETRAN de Toledo.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 1º de junho de 2011.


DUILIO GENARI
DEPUTADO ESTADUAL

JUSTIFICATIVA:

João Cirino dos Santos Sobrino, um nome que permanece na mente e coração da gente Toledana, que o ligam imediatamente ao carinhoso nome- "**Senhor João Cirino do Detran**".

No longínquo ano de 1955, iniciou sua carreira de funcionário público, no então DST (Departamento do Serviço de Trânsito), encarregado na Seção de Controle do Interior, logo assumindo a Chefia da Fiscalização da Receita do Interior, em Curitiba.

Em 1966 assumiu como Chefe do Trânsito em Araucária, permanecendo até 1970, quando foi transferido para Cambará e posteriormente para a Chefia de Trânsito em Ibaiti.

Em 1976, João Cirino chegou em Toledo para prestar serviços do Detran e em 1979, com a criação da 34ª Ciretran de Toledo foi nomeado para exercer a Chefia do Órgão, permanecendo até o ano de 2002, quando se aposentou.

Somou 47 anos de dedicação ininterrupta à causa pública, quase que exclusivamente prestando serviços no DETRAN, sendo **26 anos na CIRETRAN DE TOLEDO**.

Homem esforçado, corajoso, respeitado e admirado pela sua capacidade de trabalho, modo de ser, de sentir e agir como Funcionário Público muito responsável, cidadão preocupado com tudo que dizia respeito ao bem coletivo e bem estar familiar, portanto muitíssimo merecedor desta homenagem.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI 464/11

Projeto de Lei nº 464/11

Autor: Deputado Duílio Genari

Súmula: Denomina de João Cirino dos Santos Sobrinho, a 34ª CIRETRAN de Toledo.

EMENTA: DENOMINAÇÃO DE CIRETRAN. POSSIBILIDADE. ART. 65 E 238, DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. ART. 33 e 124 DO REGIMENTO INTERNO ALEP. ART. 55 DA LEI 8761/88. COM RESPOSTA DA DILIGÊNCIA AO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO PARANÁ (DETRAN/PR). CONSTATAÇÃO DE QUE REFERIDA CIRETRAN NÃO POSSUI DENOMINAÇÃO. CONSTITUCIONAL E LEGAL. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Duílio Genari, objetiva denominar João Cirino dos Santos Sobrinho a 34ª Ciretran de Toledo.

Justifica o autor, em resumo, dizendo que o homenageado iniciou sua carreira de funcionário público em 1955 e que em 1976 chegou em Toledo para prestar serviços no Detran e em 1979 com a criação da 34ª Ciretran foi nomeado para exercer a chefia do órgão, permanecendo até 2002, quando se aposentou, tendo somado, assim, 26 anos na Ciretran de Toledo, e sendo lembrado até hoje pela gente toledana como "Senhor João Cirino do Detran".



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 - A: Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

O artigo 65 da **CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ** determina que qualquer membro da Assembléia Legislativa possui competência para propor projetos de Leis Ordinárias e Complementares, senão vejamos:

Art. 65. A iniciativa das Leis Complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Neste mesmo sentido, dispõe o artigo 124 do **REGIMENTO INTERNO DESTA CASA**:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (Grifo nosso)

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Quanto à matéria do projeto ora em análise, estabelece, o artigo 238, da CONSTITUIÇÃO ESTADUAL, que é vedada a alteração de nomes do patrimônio público estadual e municipal que contenha nomes de pessoas, fatos históricos ou geográficos, senão vejamos:

Art. 238. É vedada a alteração de nomes dos próprios públicos estaduais e municipais que contenham nomes de pessoas, fatos históricos ou geográficos, salvo para correção ou adequação aos termos da lei; é vedada também a inscrição de símbolos ou nomes de autoridades ou administradores em placas indicadoras de obras ou em veículo de propriedade ou a serviço da administração pública direta, indireta ou fundacional do Estado, a partir da promulgação dessa Constituição, inclusive a atribuição de nome de pessoa viva a bem público de qualquer natureza, pertencente ao Estado ou ao Município. (grifo nosso)

Além disso, a LEI ESTADUAL Nº. 8761/88 também veda, em seu artigo 1º, a alteração dos próprios públicos estaduais, senão vejamos:

Art. 1º. Fica vedada a alteração de nomes dos próprios públicos estaduais que contenham nomes de pessoas, fatos históricos ou geográficos, no Estado do Paraná, como forma de se preservar a memória tradicionalista da vida paranaense. (grifo nosso)

Conforme resposta à diligência requerida por esta Comissão de Constituição e Justiça, ao Departamento de Trânsito do Estado do Paraná – DETRAN/PR, manifestada pelo Ofício nº1928/2011 da Coordenadoria Técnico-Legislativa da Casa Civil, que encaminhou



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

parecer da Assessoria Jurídica do Detran/Pr, de autoria do advogado Dr. Rony Marcos de Lima, **a Ciretran em questão não possui denominação**, dessa forma nada impede a aprovação do Projeto de Lei em questão.

Por outro lado, o mencionado parecer consigna ainda que a denominação do Ciretran poderia prejudicar a população, sugerindo que "não há previsão legal nem justificativa administrativa que demonstre 'batizar' unidade operacional com nome de pessoa se apresente oportuno" (sic).

Não obstante, cabe lembrar que nossa Constituição Estadual veda a atribuição de nome de pessoa viva a bem público de qualquer natureza, pertencente ao Estado ou ao Município, não sendo esse o caso do presente projeto.

Ademais, pondera-se que, caso aprovado o presente Projeto, referida unidade operacional – 34ª Ciretran de Toledo –, continuará a ser identificada pelo seu número de ordem de instalação e Cidade onde está localizada, apenas prestando também homenagem a um funcionário que por ali passou, conforme justificativa do projeto.

Desta forma, não se verifica nesta seara, óbice relativo à Constitucionalidade ou Legalidade no presente projeto, sendo que questões acerca de seu oportunismo e conveniência devem ser objeto de debate em Plenário.




Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice no
na **LEI COMPLEMENTAR Nº 95/98**, que dispõe sobre a técnica legislativa.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, tendo em vista a **LEGALIDADE**
e CONSTITUCIONALIDADE do projeto, bem como o parecer informando
acerca da inexistência de denominação na referida Ciretran, opinamos
pela sua **APROVAÇÃO**.

Sala das Comissões, 23 de agosto de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 464/2011

Projeto de Lei nº 464/2011
Autor: Deputado Duílio Genari

Súmula: Denomina de João Cirino dos Santos Sobrinho, a 34ª CIRETRAN de Toledo.

I - PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Duílio Genari tem por escopo denominar de João Cirino dos Santos Sobrinho, a 34ª CIRETRAN de Toledo.

II - RELATÓRIO

Em conformidade com o art. 33-F, c/c com os arts. 42 e 50, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, fui designado relator da matéria tratada no Projeto de Lei nº 464/2011, na qual passo a relatar:

No que tange ao mérito da matéria resta evidente não existir qualquer impedimento para a tramitação da presente proposição em tela. A homenagem torna-se digna diante da representatividade deste homem para o município de Toledo. Em 1976 João Cirino dos Santos Sobrinho iniciou seus trabalhos junto ao Detran, passando a exercer a chefia da 34ª Ciretran em 1979, onde serviu honrosamente a população durante 26 anos.

III - VOTO DO RELATOR

Pelos motivos ora relatados, e não havendo nada que possa obstruir a deliberação e tramitação do Projeto em tela, voto **favoravelmente** pela aprovação do Projeto de Lei nº 464/2011 na sua forma apresentada. O projeto em questão visa homenagear um cidadão que durante muitos anos realizou este trabalho de grandiosidade na Ciretran de Toledo, atuando incansavelmente a serviço de todos.

IV - CONCLUSÃO

Verificado e analisado o relatório apresentado pelo Nobre Relator do **Projeto de Lei nº 464/2011**, os Deputados que compõem a Comissão de Obras Públicas, Transporte e Comunicação, acompanham o voto do relator e manifestam-se pela **Aprovação** do referido projeto em tela.

Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.

Sala das Comissões em 12 de setembro de 2011.



MARCELO RANGEL

Presidente da Comissão



ADEMIR BIER

Relator



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Incentivou o desenvolvimento da pequena cidade através da doação de terrenos às pessoas. Participou da vida da comunidade como Presidente de Igrejas e Associações, além de contribuir para o processo de emancipação do Município.

Esteve sempre presente na política através de seu irmão Luiz Koprovski, a quem ajudou a ser eleito Prefeito por duas vezes consecutivas e de seu filho, eleito para três mandatos.

Diante do exposto, conto com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente Projeto de Lei.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER

Projeto de Lei nº 584/2011

Autor: Deputado Estadual Nereu Moura

SÚMULA: DENOMINA DE "ISIDORO KOPROWSKI", A PR-670 DA BR-277, ATÉ O PERÍMETRO URBANO DE DIAMANTE DO SUL.

PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Estadual Nereu Moura, tem por objetivo denominar a PR-670 da BR-277, até o perímetro urbano de Diamante do Sul de Isidoro Koprowski.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I, do REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa utilizada.

Quanto à matéria em análise, traz-se a baila o artigo 65 da CONSTITUIÇÃO DO ESTADO determina que qualquer membro da Assembléia Legislativa possui competência para propor projetos de Leis Ordinárias e Complementares, senão vejamos:



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Art. 65. A iniciativa das Leis Complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Ainda, estabelece o artigo 238, da CONSTITUIÇÃO ESTADUAL, que é vedada a alteração de nomes do patrimônio público estadual e municipal que contenha nomes de pessoas, fatos históricos ou geográficos, senão vejamos:

Art. 238. É vedada a alteração de nomes dos próprios públicos estaduais e municipais que contenham nomes de pessoas, fatos históricos ou geográficos, salvo para correção ou adequação aos termos da lei; é vedada também a inscrição de símbolos ou nomes de autoridades ou administradores em placas indicadoras de obras ou em veículo de propriedade ou a serviço da administração pública direta, indireta ou fundacional do Estado, a partir da promulgação dessa Constituição, inclusive a atribuição de nome de pessoa viva a bem público de qualquer natureza, pertencente ao Estado ou ao Município. (grifo nosso)

Além disso, a **LEI ESTADUAL Nº. 8761/88** também veda, em seu artigo 1º, a alteração dos próprios públicos estaduais, senão vejamos:

Art. 1º. Fica vedada a alteração de nomes dos próprios públicos estaduais que contenham nomes de pessoas, fatos históricos ou geográficos, no Estado do Paraná, como forma de se preservar a memória tradicionalista da vida paranaense. (grifo nosso)

Assim, diante da inexistência de denominação pré-existente, conforme Ofício da **SECRETARIA ESTADUAL DE INFRA-ESTRUTURA E LOGÍSTICA E DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS E RODAGEM – DER**, oriundo de diligências solicitadas por esta Comissão, o presente projeto de lei não encontra óbices a sua normal tramitação nesta casa de leis, inclusive no que se refere à técnica legislativa – L. C. nº 95/98.




Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça


CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, de de 2011.


DEP. NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEP. ELIO RUSCH
RELATOR


Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 584/2011

Projeto de Lei nº 584/2011
Autor: Deputado Nereu Moura

Súmula: Denomina de “Isidoro Koprowski”, a PR-670 da BR-277, até o perímetro urbano de Diamante do Sul.

I – PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Nereu Moura tem por escopo denominar de Isidoro Koprowski, a PR-670 da BR-277, até o perímetro urbano de Diamante do Sul.

II - RELATÓRIO

Em conformidade com o art. 33-F, c/c com os arts. 42 e 50, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, fui designado relator da matéria tratada no Projeto de Lei nº584/2011, na qual passo a relatar:

No que tange ao mérito da matéria resta evidente não existir qualquer impedimento para a tramitação da presente proposição em tela. A homenagem torna-se digna diante da representatividade que Isidoro Koprowski tem para o município de Diamante do Sul. Em 1970, ao fixar residência no município passou a construir uma história. Sempre presente nas associações de bairros, comunidades e no próprio crescimento da população, contribuindo até mesmo com a emancipação política de Diamante do Sul.

III - VOTO DO RELATOR


Pelos motivos ora relatados, e não havendo nada que possa obstruir a deliberação e tramitação do Projeto em tela, voto **favoravelmente** pela aprovação do Projeto de Lei nº 584/2011 na sua forma apresentada. O projeto em questão visa homenagear um cidadão que durante muitos anos trouxe a sua contribuição guerreira para o município de Diamante do Sul.

IV - CONCLUSÃO

Verificado e analisado o relatório apresentado pelo Nobre Relator do **Projeto de Lei nº 584/2011**, os Deputados que compõem a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, acompanham o voto do relator e manifestam-se pela **Aprovação** do referido projeto em tela.

Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.

Sala das Comissões em 12 de setembro de 2011.



MARCELO RANGEL

Presidente da Comissão



ADELINO RIBEIRO

Relator